

Arraes entra nas negociações entre as usinas e canavieiros

RECIFE — Preocupado com o clima de violência registrado em toda a Zona da Mata do estado, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, decidiu, ontem, assumir as negociações entre os 350 mil canavieiros, que entram hoje no quarto dia de greve, e usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar, para tentar um acordo que satisfaça às duas partes. Pela manhã ele conversou longamente com os patrões no seu gabinete. À tarde, recebeu os representantes dos trabalhadores rurais, informando de imediato que todas as denúncias de violências praticadas contra os canavieiros estão sendo apuradas. Aos dois grupos, Arraes pediu que sejam feitos todos os esforços para que se avance nas discussões e ofereceu-se para mediar junto ao governo federal o principal pleito dos empresários — aumento no preço da cana-de-açúcar — desde que eles ofereçam salários justos aos camponeses.

Na reunião com os trabalhadores, Arraes ficou sabendo que, pelos cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais), o salário que está sendo reivindicado pela categoria, de CZ\$ 6.300,00, é suficiente apenas para alimentar uma família de cinco pessoas, apesar de representar um aumento de 142% sobre o salário em vigor e, segundo os trabalhadores, os patrões podem pagar muito bem isso, pois a tonelada de cana-de-açúcar passou de CZ\$ 114,50 para CZ\$ 534,50, desde a última campanha salarial, no ano passado. Por parte dos patrões, estiveram com o governador o presidente do Sindicato do Açúcar, Gustavo Maranhão, o presidente da Associação dos Fornecedoros de cana-de-açúcar, Antonio Celso, e o presidente da Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana, que hoje retornam ao palácio, às 11h, para discutir com o governador uma contraproposta, vinculada ao aumento da cana-de-açúcar, a ser apresentada aos trabalhadores.

Do lado dos canavieiros, o encontro do governador foi com o presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), José Francisco da Silva, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues, e cerca de 20 delegados sindicais. Nos dois grupos estavam o delegado regional do Trabalho, Gentil Mendonça, e o secretário estadual do Trabalho, Romeu da Fonte, que desde o início da greve são mediadores entre as partes.

O presidente da Contag, José Francisco da Silva, disse a Arraes que, apesar de sua interferência para conter a polícia, outros incidentes ocorreram ontem no campo, "pois infelizmente a polícia, em algumas áreas continua não entendendo qual o papel que deve desempenhar, que é o de proteger o trabalhador no seu direito de greve".

Incidente — Com a decisão do governador de interferir junto a patrões e trabalhadores, as negociações ontem à tarde não foram realizadas e só a partir das 19h representantes dos empresários recomeçaram as discussões. Mas, nos três dias em que tentam o acordo, até agora as partes conseguiram aprovar apenas 11 das 54 reivindicações que estão sendo feitas pelos canavieiros, mas as questões aprovadas não têm grande peso isoladamente, pois não se referem a questões econômicas ou salariais.

Os canavieiros conseguiram aprovar até agora pouca coisa: o direito do trabalhador optar pelo recebimento do seu salário com base no cumprimento da jornada diária de trabalho de oito horas; receber salário durante os primeiros 15 dias de doença, desde que não volte a adoecer no prazo de um mês; um trabalho compatível com a condição de acidentado, quando for vítima de acidentes durante a jornada de trabalho; estabilidade provisória em caso de acidente; estabilidade da empregada gestante; receber a primeira parcela do 13º salário no dia 20 de junho; receber dos patrões ferramentas e equipamentos de proteção; recebimento de multa por

atraso no pagamento do salário, além do direito de a família do trabalhador permanecer na propriedade — se quiser — quando o chefe da casa for demitido sem justa causa.

Apesar da decisão do governador de impedir mitos casos de violência, vários incidentes voltaram a ocorrer ontem no campo. Em Nazaré da Mata, na Zona da Mata Norte, o dono do engenho Pagi, conhecido apenas como Leto, pediu ao delegado da cidade para levar policiais para suas terras a fim de obrigar os trabalhadores a cortar cana. Além disso, com um trator, ameaçou os trabalhadores na rua e o caso foi denunciado à Secretaria de Segurança.

Em Aliança, na mesma região, o dono do engenho Camaleões impediu a entrada dos delegados sindicais no engenho Valado, pertencente à usina Nossa Senhora do Carmo; em Vitória de Santo Antão um gerente de usina, de nome João Manuel dos Santos, forçou os bóias-frias a trabalhar sob ameaça de arma de fogo. No engenho Figueira, pertencente à mesma usina, ocorreu incidente semelhante, quando o funcionário Paulo José de Moura obrigou um grupo de 40 trabalhadores a cortar cana, ameaçando-os com um rifle.

Quanto ao julgamento da legalidade da greve dos canavieiros, que seria pedido pelos patrões, com a interferência do governador Arraes eles resolveram sustar a solicitação, que já havia sido encaminhada ao Tribunal Regional do Trabalho, o que, mesmo assim, não agradou aos trabalhadores: eles acham que o fato de o pedido continuar no Tribunal funciona como uma ameaça a todo o momento.

(Página 12)